



PELA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE: SÃO PAULO VOTE NULO PREFEITO

— Páginas 3 e 4

Desafios para a construção de uma
alternativa classista e de massas

— Páginas 6 e 7

Nas ruas, quem disse que sumiu!
Aqui está o Movimento Estudantil!!

— Páginas 8 e 9

Primeiros 100 dias de Lugo

— Páginas 10 e 11



Construir um partido revolucionário com direito de tendências

— Página 5

EDITORIAL

Defender a independência de classe nas eleições municipais

Como já colocado no número anterior do nosso jornal, apesar da crise econômica internacional, Lula segue conseguindo manter uma estabilidade que se expressa principalmente pelo aumento exponencial das remessas dos lucros das grandes empresas multinacionais para suas matrizes, com intuito de diminuir seu brutal prejuízo no mercado norteamericano. Tal política se combina ao corte do orçamento social e num primeiro momento, ao aumento da cesta básica.

No que toca à política agrária, o governo Lula segue na mesma toada, apóia de forma categórica os grandes empresários do campo. A agricultura brasileira passa por um grande processo de oligopolização, no qual meia dúzia de grandes grupos econômicos, associados a grupos financeiros, domina quase toda a produção e comercialização de grãos. Dos 130 milhões de toneladas de grãos produzidos, 110 milhões são apenas de soja e milho, culturas voltadas para a exportação. O setor pecuário não fica atrás, utiliza-se de quase 300 milhões de hectares, sendo hoje o maior exportador de carne do mundo.

Apesar dos preços terem diminuído em agosto, se levarmos em conta os patamares anteriores à crise, seguem nas alturas. Todas as crises econômicas capitalistas acometem de forma diferenciada as classes sociais, e com a atual não é diferente. Em julho de 2007, os

que recebiam um salário-mínimo em São Paulo tinham que trabalhar uma jornada de 108 horas para comprar uma cesta básica, já no mesmo mês de 2008, precisaram trabalhar 133 horas e 40 minutos para comprar os mesmos produtos.

De um lado temos a exorbitante remessa de lucros para as matrizes das empresas transnacionais, de outro, o governo anuncia um superávit primário recorde. O principal objetivo com o superávit primário é fazer saldos das contas públicas cada vez maiores para que o “grau de confiança” do capital financeiro no país se mantenha, além de seguir pagando os juros das dívidas.

Os dados do primeiro semestre indicam que o governo Lula pagou mais de R\$ 88 bilhões somente em juros das dívidas, o que significa um universo diante do grão de areia de R\$ 11 bilhões para o Bolsa Família.

Segue a apatia do movimento

Lula e a burguesia conseguem manter o movimento de massas em estágio de apatia, poucas têm sido as lutas, com importante exceção para o movimento universitário, que segue realizando importantes ações independentes da burocracia da UNE, como ilustram os acampamentos da UNIFESP, onde *Práxis* está jogando um importante papel, e o da UFMS, ambos questionando o papel burocrático e autoritário da estru-

tura universitária brasileira.

A classe trabalhadora em geral e o setor operário em específico seguem pouco atuantes. As poucas lutas realizadas no último período foram isoladas e não conseguiram mudar o difícil quadro em que nos encontramos. Nesse sentido, o Congresso da CONLUTAS – realizado no mês de julho – pouco ajudou, e isso se deve à política adotada pelo PSTU, que preferiu utilizar o Congresso como vitrine, ao invés de utilizá-lo como uma ferramenta de organização dos trabalhadores. Como em outras ocasiões, as poucas votações não têm sido implementadas pela direção da CONLUTAS, leia-se PSTU, como no caso da campanha pela redução da jornada de trabalho e contra as precarizações, que nada mais são que letras ao vento.

Eleições Municipais: nenhum entusiasmo da população

Nesse marco é que se realizarão as eleições municipais em outubro, sobre as quais ninguém se entusiasma a debater. A menos de um mês do pleito, o clima está para lá de frio e não é para menos, depois de quase vinte anos do fim da ditadura, eleição após eleição, as condições de vida das pessoas não melhoraram, a despeito das políticas assistencialistas. Em São Paulo, principal cidade do país, o número de favelas não pára de crescer, a saúde pública está em estado de calamidade, a

educação pública vive sua pior crise, com alunos de formador no ensino médio sem saber ler ou escrever. Apesar dos discursos hipócritas dos principais candidatos a prefeito em São Paulo, a população não vê possibilidades de sua vida realmente melhorar.

Nessa conjuntura, o mais provável é que o governo Lula, aproveitando seu alto índice de popularidade – o maior da história de um presidente – consiga impor uma importante vitória eleitoral. Os candidatos apoiados pelo governo federal estão à frente nas pesquisas em São Paulo, Rio de Janeiro e em várias outras capitais.

Assim, é de se esperar uma baixa votação dos partidos da esquerda, tanto o PSTU, e mesmo o PSOL, que dia-a-dia se fastia dos referências de esquerda, se transformando rapidamente em mais um partido eleitoral, mesmo tentando a todo custo aparecer como um partido viável e defensor de idéias factíveis.

Infelizmente, nas duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, os trabalhadores não terão em quem votar para prefeito. Nestas cidades os candidatos do PSOL romperam totalmente a barreira de classe. Ivan Valente e Chico Alencar são deputados federais e têm se comportado de forma vergonhosa nas principais votações que atingiram os trabalhadores: abstiveram-se nas votações da Reforma da

Previdência e Super Simples, reformas que significaram um brutal ataque aos trabalhadores. O PSTU, que tem registro eleitoral e poderia ter lançado candidatos nestas cidades, preferiu rifar a possibilidade de independência de classe e se contentar com a pouco provável possibilidade de eleger um vereador.

Embora acreditemos que a postura do PSTU e das correntes da esquerda do PSOL é profundamente oportunista e que é um erro profundo apoiar esses candidatos a prefeito, pensamos que o voto nos candidatos dessas organizações é um avanço na consciência dos trabalhadores. Neste sentido, *Práxis* está chamando o voto crítico nos candidatos do PSTU e da esquerda do PSOL.

Um caso ainda mais vergonhoso é o de Porto Alegre, onde o PSOL, por política direta do Movimento de Esquerda Socialista (MES), se coligou a um partido burguês – o PV, e aceitou uma doação de R\$ 100.000,00 de uma das maiores empresas minero-siderúrgicas, a Gerdau.

Diante do exposto, reiteramos que está colocada a tarefa histórica de se construir em nosso país um grande partido revolucionário que seja a síntese da experiência militante das diversas correntes revolucionárias que hoje atuam no Brasil, e que esse partido funcione necessariamente com amplo direito de tendências, além de livre e total debate de idéias. ■

Nas lutas e nas eleições: trabalhador contra patrão!!!

As eleições se darão em um momento em que vão primar dois elementos fundamentais: estabilidade econômica e paralisia do movimento. A grande maioria da população está embriagada pelo crescimento econômico e facilidade de crédito – nunca se consumiu tanto em nosso país. A diminuição dos juros e a oferta abundante de crédito têm possibilitado que setores mais empobrecidos da população adquiram bens que até então eram impensáveis. Também a classe média baixa está entrando no paraíso ou inferno do consumo via endividamento – o número de carros novos emplacados por dia tem batido recorde em cima de recorde, tornando as ruas das grandes cidades um engarrafamento só.

Se no terreno do consumo as coisas parecem ir bem, dizemos parecem, pois assim como a bolha imobiliária dos EUA desaguou na crise internacional, o crescimento do consumo tem

tudo para seguir o mesmo caminho. No terreno dos serviços públicos para a população, principalmente a de baixa renda, a situação é de total calamidade: saúde pública em frangalhos, educação na maior crise de sua história, transporte público ineficiente e um dos mais caros do mundo e aumento exponencial das favelas.

Essa situação de destruição dos serviços públicos deixa às claras que independente de quem ganhe as eleições, seja o bloco da oposição burguesa, composto por PSDB, DEM e seus satélites, ou o bloco governista, liderado pelo PT e Lula, nada mudará para os trabalhadores. Ambos os blocos são parte integrante do regime político e estão a serviço dos patrões e da exploração dos trabalhadores, administrando as prefeituras com o único intuito de garantir grandes lucros para si e para os que os apoiaram.

É exatamente por isso que as propostas apresentadas são



tão parecidas, todos oferecem o paraíso na terra, nenhum é capaz de propor uma saída verdadeira para os reais problemas que a população pobre sofre. Isso porque nenhum deles está disposto a romper com a lógica de dominação e acumulação, o que significaria apresentar um programa que rompesse com o pagamento das dívidas dos municípios, que estatizasse com

controle dos trabalhadores as empresas de ônibus, que realizasse uma verdadeira reforma urbana que combatesse a especulação imobiliária. Com o dinheiro do não pagamento das dívidas seria possível investir pesadamente em um plano voltado para obras públicas em saúde e educação, mas nada disso está colocado pelas candidaturas burguesas.

Os socialistas revolucionários não empenham nenhum tostão nas eleições burguesas, para nós, participar dos processos eleitorais tem um sentido tático, isto é, utilizamos as eleições para denunciar o regime democrático burguês, o capitalismo e para fazer propaganda de um projeto alternativo, ou seja, um projeto socialista, que só poderá ser alcançado pela via da revolução.

Para que tal tática seja possível, não podemos ter como objetivo a eleição desse ou daquele parlamentar, eleger ou não é circunstancial; não queremos fazer falsa polêmica, eleger um vereador, deputado ou prefeito pode ser muito importante e servir de trincheira para a luta dos trabalhadores. Na história do movimento socialista revolucionário já tivemos vários exemplos de companheiros que se elegeram e que tal eleição potencializou a luta, entretanto, muito diferente é ter como estratégia pura e simples a eleição.

Porto alegre: Doação da Gerdau-vegonha

Sem vergonha alguma a candidatura à prefeita da Cidade de Porto Alegre pelo Partido Socialismo e Liberdade, Luciana Genro, integrante do MES, recebeu “doação” de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do Grupo Gerdau, hoje uma das maiores siderúrgicas brasileiras, tendo negócios em várias partes do mundo.

O que acontece com o MES é a **completa perda da bússola da independência política, o que só reforça a bancarrota total e sem volta** deste setor. Processo esse que, digase de passagem, é internacional, ou seja, atinge o conjunto das organizações nucleadas em torno da Revista América.

Depois de constituírem

uma frente com o setor latifundiário na Argentina e saírem em defesa de Célia Hart, que se posicionava contra a reintegração de Orlando Chirino ao seu posto de trabalho, o **MES – que já havia constituído uma aliança eleitoral em Porto Alegre com um partido burguês (PV)**, que possui ministro no governo Lula e cuja principal figura pública é José Sarney Filho – recebe essa vultosa quantia de um dos grupos empresariais mais importantes do Brasil (GERDAU). Não pode existir sombra de dúvida, estamos diante da degeneração política profunda de uma organização que há muito tempo vem se adaptando à democracia burguesa.



Lula e Gerdau em clima de fraternidade

MES assume as mesmas práticas que deram no mensalão

Não é necessário recuar muito no tempo para lembrarmos que o tema do financiamento das campanhas eleitorais foi um dos principais elementos da corrupção que atingiu o conjunto dos partidos burgueses. O escândalo, que ficou nacionalmente conhecido como esquema do “mensalão”, e que levou à renúncia de vários deputados, tem como gênese a decisão do PT em aceitar o financiamento burguês em suas campanhas eleitorais.

Pois bem, no cerne desse processo se encontrava a doação de verbas das grandes empresas para financiar campanhas, doações estas que conti-

nuaram após as eleições. Luciana Genro, o MES e o PSOL estão entrando nesse mesmo chiqueiro, onde chafurdam os políticos burgueses. É preciso lembrar o dito popular que diz que **“com quem porco se mistura, lavagem come.”**

Roberto Robaina, dirigente do MES e Presidente do PSOL no Rio Grande do Sul, afirmou à agência Reuters: **“Recebemos (o dinheiro) e já estamos gastando”** e mais adiante, em um cinismo poucas vezes visto na história do movimento operário: **“Em Porto Alegre, estamos em uma situação de disputa de massa para tentar ganhar (a eleição). Não é possível ser**

ingênuo. Para ser socialista, não precisa ser burro e rasgar dinheiro”. Para piorar o que já era insustentável, Robaina, ao comentar o fato de que a Gerdau supostamente teria doado a mesma quantia a todos os candidatos a prefeito, ainda sai com a seguinte pérola: **“Se todas as empresas tivessem essa política (doar o mesmo valor), a campanha eleitoral seria muito diferente”**. Em primeiro lugar, a própria Gerdau declarou que: **“doamos 100 mil aos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre que procuraram a empresa”**. Em segundo lugar, nenhuma empresa, muito menos uma transnacional,

doa R\$ 100.000,00 sem nenhuma intenção, se tem uma coisa que a burguesia não faz é jogar dinheiro fora ou patrocinar os seus inimigos de classe, se fizeram com Luciana e o PSOL **é porque já não os considera como seus inimigos**.

Robaina tem razão quando diz que para ser socialista não é preciso ser burro ou rasgar dinheiro, mas **para ser socialista e revolucionário não se pode de forma alguma, sob nenhum pretexto, aceitar dinheiro de um grupo empresarial; para ser socialista e revolucionário não se pode vender por R\$ 100.000,00 a independência de classe**. So-

mente um dirigente corrompido até a medula pelo oportunismo, mau caratismo político, um carreirista vulgar como Robaina pode ter o desprazer de colocar esses argumentos.

Os socialistas revolucionários não se pautam pela legalidade ou não de uma determinada atitude política, mas fundamentalmente pelas ações necessárias para que se avance na consciência de classe e na independência política dos trabalhadores. Neste sentido, podemos afirmar categoricamente que receber R\$ 100.000,00 de uma transnacional atrasa a consciência de classe e, assim, ajuda na manutenção da dominação dos patrões.

Pela independência Política dos Trabalhadores

Para os socialistas revolucionários a batalha por ganhar a consciência dos trabalhadores é uma guerra que deve ser travada em todos os terrenos, inclusive no terreno que não é privilegiado da luta de classe, as eleições. Assim sendo, tendo em vista que o PSOL está perdido para a revolução e, mais ainda, que de maneira geral perdeu totalmente sua independência de classe, como ilustra

o fatídico caso da Gerdau em Porto Alegre, nesta eleição, *Práxis* declara **seu apoio crítico aos candidatos do PSTU e da esquerda do PSOL, que apesar de seu oportunismo se mantiveram no terreno da independência de classe**.

As candidaturas do PSOL à prefeitura de São Paulo e Rio de Janeiro têm caráter totalmente alheio à classe trabalhadora, por isso chama-

mos o conjunto dos trabalhadores e do povo pobre a votar **nulo**, uma vez que tanto Ivan Valente como Chico Alencar, **não representam os interesses dos trabalhadores**. Onde não existam candidaturas comprometidas com o interesse dos trabalhadores, **Práxis estará defendendo o voto nulo como forma de manter a independência de classe**.

Em São Paulo e Rio de Janeiro, nulo para prefeito

Em São Paulo e Rio de Janeiro **nenhum dos candidatos a prefeito representa os interesses dos trabalhadores**. Ivan Valente, candidato a prefeito pelo PSOL em São Paulo, e Chico Alencar, candidato no Rio de Janeiro, são deputados a vários mandatos, tendo se notorizado por serem **vacilantes** na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ivan e Chico, durante a Reforma da Previdência, um duro golpe aos trabalhadores e ao povo em geral,

para não irem contra a orientação de seu partido, na época o PT, se abstiveram, isto é, entre defender os interesses da classe trabalhadora e tentar se manter no PT, Ivan e Chico não vacilaram, ficaram **contra os trabalhadores**. Posições idênticas assumiram na votação do chamado Super Simples, uma lei que com a desculpa de facilitar a abertura de novas empresas, retirava direitos trabalhistas de milhares de trabalhadores que atuam em pequenas e médias

empresas, diga-se de passagem, a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Assim, ambos **não passaram na prova política de defender incondicionalmente os interesses dos trabalhadores** e colocaram tais interesses abaixo de seus mesquinhos cálculos eleitorais. Ivan Valente e Chico Alencar não representam os interesses dos trabalhadores, é por isso que em São Paulo e Rio de Janeiro *Práxis* está defendendo voto nulo para prefeito.

PSTU – oportunismo eleitoral e seguidismo ao PSOL

Em várias cidades o PSTU está formando Frente com o PSOL, em algumas delas, onde o PSOL mantém sua independência de classe, tal frente é correta. Entretanto, em várias cidades importantes, como é o caso já mencionado de São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais a independência de classe foi **perdida**, o PSTU, como único grupo da esquerda socialista e revolucionária que possui registro legal, preferiu uma aliança com o PSOL **na tentativa de quem sabe eleger um vereador**.

O PSTU segue assim sua dupla sina, ora sectarismo des-

lavado, ora oportunismo sem medida. Apoiar candidatos que vão contra os interesses dos trabalhadores, como é o caso de Ivan Valente e também de Chico Alencar, é de um **oportunismo sem palavras** e como é de costume desse partido, tenta a todo custo vender gato por lebre. Dizem em seu site que a Frente de Esquerda no Rio de Janeiro é um exemplo a ser seguido, perguntamos aos companheiros: Como assim? Como uma Frente que tem Chico Alencar como candidato pode ser exemplo?

É preciso um partido revolucionário com tendências

O *Grupo Práxis* tem defendido que na atual etapa de desenvolvimento da luta de classes no Brasil, está colocada para o conjunto da vanguarda a histórica tarefa de construir um partido realmente revolucionário. No atual estágio, em que nenhuma das organizações revolucionárias conta com peso real de massas e nem foram provadas na luta de classe, **este partido, necessariamente, deverá ser construído com amplo direito de tendências**.

A degeneração política que, rapidamente, tomou conta do PSOL, e a incapacidade do PSTU de romper, ora com seu sectarismo, ora com o oportunismo, não fazem desses dois partidos alternativas para a vanguarda socialista e revolucionária.

Nesse sentido, *Práxis* reitera o chamado público ao PSTU, CST e demais correntes, núcleos e indivíduos a construirmos coletivamente um grande partido revolucionário com tendências.

Construir um partido revolucionário com direito de tendências

A ascensão operária dos anos 1978-80, que se estendeu por toda a década de 1980, possibilitou a criação do PT e da CUT. Este fenômeno significou a recomposição política da classe trabalhadora, processo que contou com elementos progressivos no seu início, como a independência de classe, apesar de uma direção abertamente reformista.¹ Neste contexto, diversas correntes socialista revolucionárias se construíram, com influência em uma parcela importante da vanguarda, mas parte importante delas acabou capitulando à burocracia, se adaptando ao capitalismo e às suas instituições.

No Brasil, a experiência da última década com o PT e com a CUT, bem como com o recente processo de recomposição sindical e política dos trabalhadores demonstra que as organizações políticas revolucionárias isoladas e atuando em perspectivas diversas não podem responder aos desafios da atualidade, basta ver, por exemplo, os problemas enfrentados na condução da CONLUTAS pelo PSTU, ou na atuação das correntes revolucionárias no interior do PSOL. Nestas condições apostamos na possibilidade de avançarmos no sentido da luta por resolver a histórica tarefa pendente: construir uma organização socialista e revolucionária em nosso país, que se destinja e supere a experiência do PCB, do PT e do PSOL. Na atual fase da luta de classes é fundamental a construção de um forte partido socialista revolucionário. A construção deste partido passa, nesta etapa, por um projeto em que as tendências revolucionárias possam conviver em uma mesma organização política, sem que nenhum setor queira impor burocraticamente sua hegemonia, pois só a experiência concreta na luta de classes poderá auferir uma hegemonia autêntica.

A questão deve ser formulada de maneira mais específica e em torno da teoria da organização política e como esta se substancia em fórmulas aplicáveis às condições concretas de cada organização, do centralismo democrático, especificamente da democracia interna, da existência das tendências e frações e de como estas devem funcionar no interior dos partidos revolucionários. Neste sentido, ao fazer um balanço da experiência bolchevique em relação à luta entre tendências e, evidentemente, ex-

trair conclusões sobre a história das tendências no partido bolchevique, Trotsky apresenta como condição para que a existência de tendências contribua com o regime interno do partido e sua intervenção, adesão às condições programáticas estratégicas, vejamos: “O partido revolucionário apresenta um programa e táticas definidas. Isso impõe de antemão limites determinados e muito caros em relação à luta interna das tendências e agrupamentos... Se as discussões intermináveis alimentam mais discussões intermináveis, o único resultado é a decadência e a desintegração. Mas se a discussão está enraizada na luta coletiva, submetendo-a à crítica e preparando suas novas etapas, a discussão é um elemento indispensável para o desenvolvimento.”². Ou seja, a concordância mínima em relação ao programa revolucionário e às táticas a ele condizente permite que a luta política em torno de análises, táticas ou outros problemas não leve a discussões que inviabilizem a intervenção revolucionária na luta de classes, ao contrário, pode dentro destes critérios, enriquecer a política e a intervenção partidária, como nos bons tempos do partido bolchevique.

É evidente que não se pode combater nenhuma força centralizada com dispersão. O capital é uma força material centralizada que utiliza todos os meios para se perpetuar, a organização política do trabalho não pode se dar sem a centralização de suas experiências, reflexões e ações. Assim, desde cedo a classe trabalhadora aprendeu que para enfrentar a classe dominante, mesmo nas reivindicações mais imediatas, precisa de uma organicidade centralizada, e que a dispersão significa derrota iminente. Também a classe trabalhadora em suas experiências provou que a centralização só pode ser eficiente se combinada com a possibilidade de refletir coletivamente sobre a sua luta e essa livre reflexão coletiva da classe trabalhadora para ser eficiente não poderia se desvincular da prática coletiva. A proposta de construção de um partido socialista e revolucionário com direito a tendências leva a uma questão pouco discutida entre os marxistas, particularmente na esquerda revolucionária, a saber: se o centralismo democrático pode coexistir com tendências públicas.

O pólo da democracia também é fundamental no centralismo-democrático / democracia-centralizada. Como o que está em questão é a necessidade de agrupar os marxistas revolucionários em um só partido, o debate em torno da democracia e como esta se relaciona com a necessidade da centralização tem que ser objeto de uma análise mais aprofundada e de uma reflexão política mais intensa. A democracia é um componente fundamental para que o partido possa construir coletivamente a sua linha de atuação. Sem ela qualquer prática militante acaba caindo no chamado praticismo, atividade irrefletida que não permite ao partido assimilar as necessidades, tarefas e subjetividade da classe, elementos políticos sem os quais não é possível desenvolver uma real prática revolucionária, ou seja, se estabelece uma rotina alheia à melhor tradição do marxismo revolucionário. A atividade democrática e autônoma da classe é fundamental para a formação da consciência revolucionária de classe, o que não tira o papel insubstituível de educador coletivo dos partidos revolucionários, sem estes a classe não pode vislumbrar as tarefas estratégicas e a atividade política sistemática que exige a superação da ordem. A experiência histórica do século XX demonstrou dentre outras coisas que a democracia operária é fundamental em todas as etapas da revolução socialista, não apenas no período que antecede à tomada do poder, mas na construção da ditadura do proletariado. Sem a democracia direta os trabalhadores ficam desprovidos de um instrumento fundamental para construir uma nova sociabilidade, pois o socialismo não se impõe com medidas de cima para baixo (burocráticas) ou com inovações técnicas, assim a auto-atividade da classe trabalhadora tem como instrumento privilegiado de coesão, a democracia direta.

Uma verdadeira democracia interna não se faz apenas com o direito de se constituir agrupamentos, tendências ou mesmo frações internas. A recente experiência com o PSOL demonstra que a existência de tendências internas não garante, por si só, a democracia de uma organização

política. Outros elementos e garantias são fundamentais, tais como: uma organização partidária que garanta aos núcleos de base a participação real na elaboração e execução das linhas políticas, uma imprensa regular que garanta a linha central, reflita as principais campanhas, as elaborações e experiências locais.

A experiência política da luta de classes demonstra que a construção de um partido revolucionário depende da sua capacidade de se inserir nos processos mais dinâmicos da luta de classes, da sua capacidade em travar constantemente com os trabalhadores um diálogo político com o objetivo para, a partir das necessidades imediatas dos trabalhadores, construir as pontes para a estratégia socialista e capacidade de formar politicamente o conjunto de sua militância para que esta possa se apropriar criticamente do materialismo dialético. Para Lênin, a disciplina no partido revolucionário depende não da submissão à hierarquia, mas “Primeiro pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, por seu espírito de sacrifício, por seu heroísmo. Segundo por sua capacidade de se ligar, se aproximar e, se quiserdes, de se fundir até certo ponto com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de mais nada com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Terceiro, pela justiça da direção política que exerce esta vanguarda, pela justiça de sua estratégia e da sua tática política, com a condição de que as massas mais amplas se convençam desta justiça por experiência própria.” Desta forma, nossa proposta não vai no sentido de reproduzir a experiência do PSOL, pois se trata da necessidade objetiva para os trabalhadores de construir um partido revolucionário e isto sem dúvida já é uma demarcação política central. A luta interna no PSOL que se deu entre revolucionários e reformistas, infelizmente, com já dissemos, por uma série de fatores objetivos e subjetivos, foi ganha pelos últimos. Este chamado também leva em consideração a história política recente em torno das experiências de organização dos trabalhadores. A leitura sobre os

dramas vividos no último período da luta de classes dá conta de que depois da diáspora vivida pelos marxistas revolucionários em torno das lições e tarefas extraídas da falência dos regimes stalinistas se faz necessário encarar a tarefa de (re) agrupar os revolucionários em escala planetária.

A idéia muito difundida no interior do PSTU em meio à luta entre tendências, de que era necessário depurar ao máximo o pensamento político no interior do partido para que este pudesse enfrentar os desafios da luta de classes, mais uma vez se demonstrou uma monstruosidade. A depuração política, se é que se pode chamar assim, é bem vinda quando se trata da luta entre projetos políticos antagônicos, como os vividos no interior do PSOL, onde o setor oportunista venceu a batalha, mas entre revolucionários a “depuração”, por mais que os “puristas” façam loas a ela, leva a um empobrecimento político do partido revolucionário.

Este chamado – que para se concretizar depende objetivamente da compreensão do PSTU, da CST e demais correntes revolucionárias do PSOL, não é uma proposta de reedição do PSOL. Pois este, desde o início da sua construção, nunca esboçou um projeto de construção de um partido revolucionário, pelo contrário, foi construída por MES e Cia a ideologia de que era possível conviver “pacificamente” em um mesmo partido, correntes revolucionárias e correntes reformistas, a exemplo dos partidos amplos desenvolvidos por todo o globo.

A nossa proposta vai, assim, no sentido de construir um partido que coloque desde o início um programa claramente revolucionário e um método de funcionamento e uma direção condizente com esta estratégia. Ou seja, se trata da construção de um partido socialista e revolucionário que, como tal, conjugue as tarefas da independência política dos trabalhadores e a perspectiva da revolução socialista. Partido que pela natureza do processo atual em curso só poderá existir com a possibilidade de que as correntes políticas possam se organizar em seu interior, sem esta condição não é possível o (re) agrupamento das forças marxistas revolucionárias, tarefa cada vez mais urgente.

¹ Orientação política que marcou a luta dos trabalhadores nas últimas duas décadas pelo menos, culminando em uma adaptação ao sistema burguês que tem permitido à classe dominante operar o regime com certa “tranquilidade”.

² Trotsky. Escritos de Leon Trotsky. As frações e a Quarta internacional. Bogotá: Editora Pluma, 1079. Tomo VII, volume I pp. 279-284.

Desafios para a construção de uma alternativa classista e de massas

Antonio Carlos Soler

Os fatores objetivos não podem explicar por si só o comportamento do movimento sindical e social. Neste texto procuramos tratar pensar os problemas enfrentados pelo processo de reorganização sindical da classe trabalhadora. O fato é que a CONLUTAS, sob a direção do PSTU, não tem demonstrado ser capaz de romper com uma série de desvios que têm levado esta organização a perder oportunidades ímpares para promover e coordenar importantes enfrentamentos de classe no Brasil.

Conseqüências da atual crise econômica para a classe trabalhadora

A crise mundial da economia deflagrada com o problema das hipotecas norte-americanas tem o seu epicentro na principal potência mundial da atualidade, crise esta que se demonstra crônica. Dados recentes indicam que a economia estadunidense continua em ritmo de desaleceração após crise imobiliária.

Ao contrário do que garantia o governo, a crise mundial atingiu o Brasil através da escalada inflacionária - principalmente dos artigos da cesta básica - da remessa de lucro e dos cortes do orçamento nos setores sociais para aumentar o superávit primário. A escalada inflacionária trouxe à tona uma contradição básica do sistema capitalista, pois àqueles que produzem alimentos são os que mais sofrem com a fome, ou seja, não se apropriam da sua produção. Assim, a fome é mais grave nas regiões em que a base da economia é a produção de alimentos.

Diante das crescentes dificuldades para os trabalhadores, o governo LULA não altera um milímetro da sua política agrária. De acordo com Stédile: "Dos 130 milhões de toneladas de grãos produzidos, nada menos de 110 milhões são apenas de soja e milho". Para a retórica governista a produção dos biocombustíveis no Brasil nada tem a ver com o aumento dos preços dos alimentos, argumento desprovido de qualquer sustentação na realidade, afirmação que não condiz com a realidade. O preço dos alimentos disparou por uma combinação de fatores: especulação do capital financeiro com as ações de comodi-



es¹ de produtos agrícolas, política agrícola mono-cultural voltada para a exportação de grãos, controle oligopólico da produção e do mercado pelo latifúndio e pela agroindústria².

Fica claro que o aumento dos preços dos alimentos se dá, fundamentalmente, pela transformação dos grãos, que deveriam servir como alimento, em *biocombustíveis*, além, é claro, da especulação financeira sobre commodities agrícola pós-crise das hipotecas imobiliária. Tal como na Bolsa de Valores, onde a ação de uma empresa pode subir ou cair em poucos minutos, o preço dos alimentos também sofre essa especulação. Foi essa especulação que levou ao aumento do preço do arroz na Tailândia, por exemplo, um dos maiores produtores mundiais desse cereal.

As crises econômicas capitalistas acometem de forma diferenciada as classes sociais e os setores que nelas estão estruturados e a atual crise inflacioná-

ria não foge à regra.

Pesquisa mensal de preços realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) demonstra que no mês de agosto houve ligeira queda na elevação mensal de preços, em agosto o IPCA foi de 3,14 ao ano, ligeira queda comparada com os meses anteriores, 4,6%. O DIEESE calcula que o salário mínimo deveria valer hoje R\$ 2.178 para cumprir sua função constitucional, ou seja, garantir a satisfação de necessidades básicas de uma família, como alimentação, saúde e educação. Esse valor corresponde a 5,25 vezes do atual mínimo, de R\$ 415. Para se ter uma idéia, em julho de 2007 o salário mínimo era 4,4 vezes menor do que o mínimo. Isso significa que, ao contrário do discurso do governo, os salários estão cada vez mais achatados.

Por outro lado, a associação entre o capital bancário e o capi-

tal produtivo tem produzido no Brasil taxas de lucro exorbitantes que servem para contrabalançar a queda das taxas de juros nos países centrais, estima-se que caí 2% ao ano. Nos últimos dois anos chegaram ao Brasil cerca de 330 bilhões de dólares na forma de dinheiro, parte desse recurso foi aplicado através dos bancos locais para incentivar as vendas a prazo, de Imóveis, eletrodomésticos, e automóveis, a taxas médias de 47% ao ano³. Como se vê, a situação em meio à crise da burguesia é diferente.

O Banco Central, com o objetivo de conter a inflação e ao mesmo tempo garantir as altas taxas de lucro, aplica a tradicional política de elevação da Taxa Básica de Juros (SELIC) - no início do estava em 11,25%, hoje chegou a 13% ao ano -, mecanismo monetarista de contenção restrição do consumo. Esta prática macroeconômica tem sido um dos principais fatores da elevação dos juros bancários e da lucratividade recorde apresentada no primeiro semestre⁴. O Bradesco, maior banco privado de correntistas do país, lucrou mais de R\$ 4 bilhões somente no primeiro semestre deste ano. As transnacionais no Brasil realizaram uma remessa de lucro de algo 18 bilhões de dólares, praticamente duas vezes mais do que enviado no mesmo período em 2007 do ano passado, estes valores significam o pior déficit em conta corrente da história.

A política de LULA não é distinta da de FHC⁵. Não foi promovida uma inversão estrutural da política monetária, pois o único mecanismo previsto de controle inflacionário pela política macroeconômica destes governos é o aumento da taxa de juros. Vivemos uma combinação de remessa de lucro para as matrizes das empresas transnacionais e de um superávit primário recorde nas contas pública⁶. Desta forma, o Brasil continua a exercer seu papel tradicional na relação com os países imperialistas, ou seja, o de exportador de mais-valia. As empresas transnacionais enviam lucros para fechar os balancetes em suas sedes tapando os rombos gerados principalmente pela crise financeira estadunidense⁷.

Diante desta situação de crescimento econômico - sob a base da precarização, desemprego e arrocho salarial - o governo e as centrais operárias governistas têm conseguido manter o movimento de massas em geral e os trabalhadores em especial em estado de letargia. Este estado de abundância de capitais tem como base o crescimento econômico brasileiro, ancorado no alto preço das commodities, setor que conjuntamente com o financeiro tem tido lucros fabulosos durante o governo Lula e no crédito da do pelo setor financeiro que tem puxado o consumo de parte da população em bens duráveis⁸.

¹ Produtos padronizados

² A disputa com o oligopólio agroindustrial e a defesa de um meio saudável não passam pela pequena propriedade familiar. Mas, sim, pelo fim da agroindústria capitalista e pelo controle direto e democrático dos trabalhadores sobre terras e tecnologia.

³ João Pedro Stédile. O capital internacional está dominando a agricultura brasileira, 2008.

Construir uma alternativa real para os trabalhadores

Combater superestruturação e corporativismo

A CONLUTAS é a expressão de uma ruptura necessária com o governo e com a CUT e a permanência nesta última significaria a inviabilidade de constituir um movimento autêntico da classe trabalhadora. De outro lado, a Intersindical, que se

constitui como uma das rupturas com a CUT, passa por uma luta interna entre os setores que pretendem uma unificação e setores contrários. Na sua última conferência votou a resolução de estabelecer um processo de discussão em torno da necessidade

de construir a unidade com a CONLUTAS⁹. É importante esclarecer que a ruptura com a CUT não ocorreu pelo fato de sua direção assumir posições reformistas apenas, mas devido ao seu apoio a um governo que ataca diretamente os trabalha-

dores. Para que se possa construir uma alternativa real de luta é necessário romper com a lógica do mini-aparato da sua direção. Neste marco Apesar das dificuldades objetivas dos últimos anos, a política da direção majoritária da CONLUTAS

(PSTU) nada contribui para superarmos os entraves estruturais colocados em relação ao enfrentamento aos ataques patronais e governamentais e em relação à organização autônoma, democrática e pela base dos trabalhadores.

I Congresso da CONLUTAS foi sintomático

Dados oficiais dão conta de que o Congresso reuniu 3.500 pessoas, 2.805 delegados que representaram 500 entidades e 175 sindicatos¹⁰, como se vê o número de delegados foi muito aquém do anunciado pela direção nacional da Conlutas, algo em torno de 5 mil delegados. A composição social da entidade é majoritariamente de estudantes e de trabalhadores de serviços¹¹.

Os problemas começam com a dinâmica proposta para as discussões e resoluções, pois tudo o que sempre lutamos contra nos congressos organizados pela Articulação foi reproduzido pelo PSTU -basta assumir parte da direção de um processo muito inicial e limitado de recomposição sindical para repetir práticas que condenava há muito pouco tempo atrás, mas os problemas não param por aí. A base operária do Congresso foi extremamente minoritária e grande parte dos delegados não representava movimento sindical, popular ou estudantil algum. As resoluções aprovadas na prática nada alteram a direção e a situação organizativa e política anterior da entidade, em alguns aspectos houve até retrocesso. Vejamos: reafirmou o seu caráter "sindical e popular", com 10% de entidades estudantis na direção, e a Secretaria Executiva (direção) será eleita por uma plenária de entidades; chamado à Intersindical para a "formação de um pólo de lutas e unidade nas lutas cotidianas" e reedição do "Fórum Nacional de Mobilização" e uma campanha pelo "ga-

tilho automático dos salários"¹².

Em relação a um ponto fundamental para a luta de classes na América Latina a resolução tirada é extremamente genérica, nos seguintes termos: "independência política em relação a todos os governos capitalistas". Perdeu-se, assim, uma oportunidade fundamental para definir categoricamente que governos nacionalistas burgueses não representam os interesses dos trabalhadores e que, por isso, é necessário fortalecer as lutas, bem como as organizações independentes dos trabalhadores. O debate e as resoluções do Congresso não romperam com a política corporativista, superestrutural e triunfalista imposta por sua direção majoritária (PSTU)¹³.

Se fizermos a comparação entre a quantidade e a importância econômica e social dos setores organizados na CUT¹⁴, é evidente que se trata de uma central governista e totalmente burocratizada - podemos verificar o tamanho do desafio que a Conlutas tem pela frente. A questão é que, sem uma política para disputar sistematicamente a base destas centrais é - preocupação que passou ao largo das discussões e resoluções do Congresso - impossível construir verdadeiramente uma central que seja de fato um fórum de frente única dos trabalhadores. A CONLUTAS tem se constituído em uma organização intermediária entre uma colateral do PSTU e uma organização sindical minúscula de frente única que não conta com uma ampla base operária.

Construir ferramenta à altura da luta anticapitalista



É necessário unificar as expressões autônomas dos trabalhadores em uma só organização sindical que tenha como sua principal tarefa construir um instrumento de mobilização classista dos trabalhadores. Sem esse elemento central não se pode avançar na construção de uma organização sindical de massas que ao superar a CUT e todo o peleguismo cumpra o papel de impulsionar e organizar a luta anticapitalista, independente e democrática dos trabalhadores. A unificação da CONLUTAS e da Intersindical, a partir de um programa classista, anticapitalista, antigovernista, independente e com um funcionamento baseado na democracia operária e na luta contra o aparelhismo com o objetivo de disputar o conjunto dos trabalhadores com a CUT e

Força Sindical e impulsionar as lutas pelos interesses da classe trabalhadora, consiste em uma operação política decisiva¹⁵.

É decisivo para o movimento sindical romper com um paradigma que, devido às mudanças estruturais das formas de dominação do capital sobre o trabalho, não dá mais conta nem das defesas imediatas dos interesses dos trabalhadores. Estamos diante da necessidade de construir um sindicalismo onde os setores precarizados sejam incorporados com um trabalho sistemático sobre as demais categorias, como o movimento estudantil e a juventude, verdadeiro celeiro de quadros para a luta anticapitalista. Apesar da fragmentação e de outras mudanças na sua composição social, as experiências históricas e recentes da luta de classe de-

monstram que sem um movimento operário autonomamente organizado não é possível formar um bloco histórico de classe capaz de dar os combates necessários para transformação da realidade¹⁶. Em um país que vive um refluxo prolongado do movimento operário e estudantil a esquerda não pode se dar ao luxo de não aproveitar as iniciativas de alguns setores para tenta impulsionar o conjunto dos trabalhadores. Exatamente o que ocorreu com durante a mobilização dos metalúrgicos da GM em São José dos Campos.

Infelizmente a CONLUTAS não dá sinais de ser capaz de superar os entraves criados pela sua direção (PSTU), assim, não pode se transformar em um espaço real de mobilização e representação dos trabalhadores. Sem se credenciar nas lutas diretas dos trabalhadores não se pode avançar um milímetro em direção a construção de uma organização sindical de massas para superar a CUT e todo o peleguismo.

Podemos ser taxativos. Enquanto a direção majoritária da CONLUTAS e o conjunto da vanguarda envolvida neste projeto não extrair as lições da luta comum contra a Articulação a construção de uma ferramenta sindical nacional independente estará adiada. O problema é que quando há processos reais de mobilização a CONLUTAS não atua no sentido de romper o isolamento e transformar estas mobilizações em fatos políticos que transcendam a realidade local ou setorial.

O comportamento desta direção no segundo semestre corrobora com a lógica corporativista a impregnada na CONLUTAS. Dados coletados pelo DIEESE¹⁷ dão conta de que houve um importante arrocho salarial nos últimos meses, fato que foi agravado pela escalada inflacionária. Em 2007 apenas 19 categorias conseguiram aumentos salariais superiores ao aumento do PIB do período (3,8%), neste mesmo período os salários tiveram reajuste médio de 2,7%.

Diante deste quadro a direção da CONLUTAS se reserva a informar as campanhas salariais de algumas categorias. Poderia-se fazer a seguinte objeção a crítica que estamos apresentando: o problema não é a

falta de disposição em levar adiante campanhas unificadas, pois existem dificuldades objetivas nestes sentido, como, apesar da crise inflacionária, os altos índices de popularidade do governo, as eleições municipais que desviam o foco dos trabalhado-

res, dentre outros fatores.

Todos estes elementos devem ser ponderados. Mas, o que explica que não haja, apesar das dificuldades conhecidas, nenhuma iniciativa da CONLUTAS no sentido de incidir politicamente sobre os trabalhadores,

principalmente sobre as categorias que iniciam suas campanhas salariais. Não podemos tampar o sol com a peneira, pois a exemplo do que foi feito após o Encontro Nacional da CONLUTAS em Sumaré (SP), onde a campanha pelo salário míni-

mo do DIEESE não se efetivou, estamos novamente diante da mesma lógica, ou seja, nos "dias de festa" se votam campanhas que nunca são encaminhadas. É esse o caso atual da Campanha pelo Gatilho Automático.

⁴ Em Julho deste ano a taxa média de juros ao ano (cheque especial, empréstimo pessoal e aquisições de veículos) aumentou de 49,1% para 51,4% - maior patamar desde janeiro de 2007 -, no empréstimo pessoal a taxa subiu de 51,4% para 53,6% ao ano.

⁵ Apesar de no período LULA ter havido redução significativa da taxa de juros -

⁶ O principal objetivo com o superávit primário é fazer saldos das contas públicas cada vez maiores para que o "grau de confiança" do capital financeiro no país se mantenha.

⁷ O acumulado dos últimos doze meses chega a US\$ 18 bilhões.

⁸ Pesquisa do IPEA sobre a concentração de renda no Brasil: em São Paulo, a concentração na mão dos 10% mais ricos é de 73,4%, em Salvador é de 67% e, no Rio, de 62,9%. O peso da carga tributária dos pobres chega a 44,5% já a carga tributária dos ricos, excluindo as transferências de renda e pagamento de juros, cai a 12%.

⁹ O peso do reformismo na Intersindical é sem dúvida muito maior do que na CONLUTAS, o que deve ser politicamente combatido. Mas, a questão é que, a construção de uma central sindical - organismo necessariamente de frente única - não se restringe apenas aos setores revolucionários.

¹⁰ Estes foram os únicos números oficiais apresentados pela direção da Conlutas.

¹¹ Perspectiva de composição do Congresso: Sindicatos: 26,36%; Federações, confederações e Sindicatos Nacionais: 0,91%; Minorias e oposições: 24,16%; Setores populares urbanos: 8,83%; Movimentos do campo: 8,57%; Cortes de opressão: 5,97%; Estudantes: 25,19%.

¹² Constitui um mecanismo que pretende recompor mensalmente os salários dos trabalhadores em base aos cálculos de inflação mensal.

¹³ Chamamos de *triumfalismo* a mania política de transformar o resultado de todas as lutas em "grandes vitórias", postura que desarma os trabalhadores para os ataques patronais que tendem a ser cada vez mais constantes.

¹⁴ A CUT conta com 3.438 Entidades filiadas e 7.464.846 sócios segundo dados oficiais encontrados no seu sítio nacional.

¹⁵ Negar está necessidade é confundir - como fazem as seitas - critérios de composição sindical com critérios de composição partidária, confusão que costuma fazer algumas correntes esquemáticas.

¹⁶ Diante de praticamente uma década sem grandes mobilizações locais ou nacionais, não podemos perder oportunidade como as dos metalúrgicos de São José dos Campos para realizar campanhas que sirvam como apoio concreto aos trabalhadores ou estudantes que estejam em luta e como plataformas políticas para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Estas iniciativas políticas dependem exclusivamente da vontade política da direção da CONLUTAS, não se pode fugir a este fato.

¹⁷ Inflação e as campanhas salariais. DIEESE. Nota Técnica nº 73. Agosto de 2008.

Nas ruas, quem disse que sumiu! Aqui está o Movimento Estudantil!!

Desde a ocupação da USP, que se enfrentou com a política de ataque do governo Serra e conseguiu uma vitória parcial, estamos diante de um novo ciclo do movimento estudantil. Esse novo ciclo do Movimento tem características bem definidas: é um movimento por fora da burocracia da UNE, tem utilizado como formas de luta os acampamentos e ocupações de reitorias. Os objetivos das lutas

têm sido variados: contra o Reuni em várias Universidades Federais, contra os decretos de Serra, e agora, novas lutas para impor um regime democrático nas universidades, eixo da luta na UNIFESP e UFMS.

Esse novo ciclo de lutas nas Universidades é de fundamental importância para o desenvolvimento da luta de classes em nosso país, historicamente o movimento estudantil tem se

adiantado aos outros setores, assim foi, por exemplo, o ascenso estudantil de 1977, que precedeu as greves operárias do ABC; neste sentido, podemos estar vivendo os primeiros raios de um novo movimento de massas no Brasil. Outro aspecto importante é que se trata do único setor social que tem se mobilizado contra a política do governo Lula, em uma conjuntura de paralisia do movimento operário.



Limites e potencialidades da atual etapa do movimento

Como afirmamos, esse novo ciclo de luta estudantil tem características bastante marcantes, várias delas são muito positivas: a atuação por fora da burocracia podre e vendida da UNE e de muitos DCE's, como é o caso da Unifesp, a utilização de métodos em certo sentido radicalizados, como são as ocupações de reitorias e os acampamentos.

Por outro lado, esse novo ciclo ascendente do Movimen-

to Estudantil tem se dado em uma conjuntura muito difícil, fazendo com que a luta estudantil se mantenha isolada dos demais setores, isto é, esses movimentos não têm conseguido romper os limites da universidade, assim como, têm se prendido em um certo sindicalismo estudantil, sindicalismo esse incentivado pelas correntes de esquerda, que se recusam a fazer a ponte entre a situação da universidade e a política do governo Lula.

De nossa parte, temos deixado claro que a atual situação em que se encontram as Universidades Públicas tem responsáveis diretos: Lula e **Fernando Haddad**, Ministro da Educação. Afirmamos que para defender a Universidade é preciso enfrentar o governo e sua política de conjunto; ficarmos presos a questões internistas não ajuda.

Outro aspecto negativo do atual ciclo do movimento estu-

dantil tem sido a não coordenação das diversas lutas, isso se dá principalmente porque a UNE não representa mais os estudantes, por seu papel totalmente corrompido e chapa branca, e por outro lado, a CONLUTE, dirigida pelo PSTU, não teve nenhuma política concreta de unificar as diversas lutas. Vale lembrar que durante o Encontro Nacional de Estudantes realizado em Betim, dias antes do Congres-

so da CONLUTAS, nenhuma campanha séria foi votada e as poucas que se votaram, como a campanha contra as perseguições e o plano de luta contra as reitorias corruptas - que nós propusemos, defendemos e aprovamos, nunca saíram do papel. Agora, com a chegada do processo eleitoral a situação fica ainda pior, o PSTU só está preocupado em correr atrás dos votos, na vã ilusão de eleger um vereador aqui ou acolá.

UNIFESP: Queda do reitor, sequência da luta



O reitor Ulysses não agüentou as pressões em função de irregularidades de sua gestão na utilização do cartão corporativo em viagens internacionais não autorizadas, entre outras denúncias, e renunciou ao cargo em 25/08. As irregularidades cometidas são gravíssimas, chegam a gastos com despesas pessoais (hospedagens em hotéis de luxo na Europa, passeio a Disney, compra de cosméticos e materiais esportivos), havendo até mesmo irregularidades com a dedicação exclusiva e com as folhas de pagamento dos funcionários. Segundo o TCU foram desviados cerca de R\$ 230 mil reais.

Alunos da UNIFESP decidiram acampar em frente à Reitoria para defender novamente a universidade pública, assim como, a necessidade de participação democrática e direta de todos os setores da Universidade. A verdade é que a colocação de um novo reitor por meio de eleições sem a participação igualitária da comunidade acadêmica continuará favorecendo a burocracia institucional, a cor-

rupção e o interesse de grupos em detrimento de ganhos coletivos.

A renúncia foi uma vitória parcial, não apenas dos lutadores da UNIFESP, mas dos que lutam pela educação de qualidade para todos, exigindo melhores condições de trabalho para funcionários e se posicionando contra o sucateamento da educação.

Práxis polemizou com um setor da vanguarda e do PCO sobre os rumos que o movimento deveria tomar a partir da queda do Reitor. De nossa parte, embora sem nenhuma ilusão no CONSU, defendíamos que o eixo da luta deveria passar por impor eleições democráticas para o novo reitor, e que o reitor eleito deveria assumir o cargo, não havendo, portanto, a lista tríplice. Pensamos que essa política poderia ter constituído uma ponte importante entre a vanguarda e o conjunto dos estudantes. Infelizmente, um importante setor da vanguarda preferiu ficar discutindo uma sociedade perfeita, uma Universidade cor de rosa, onde os es-

tudantes tomariam as rédeas da instituição e todos os problemas estariam resolvidos, enquanto isso, o arqui-reacionário CON-

SU votou a realização do processo eleitoral, tudo indica com as mesmas regras antidemocráticas, isto é, com os estudantes e funcionários tendo apenas 15% dos votos cada um, ficando os outros 70% dos votos nas mãos dos professores.

Esse processo eleitoral está totalmente viciado e só servirá para legitimar o novo reitor, que com certeza será do mesmo grupo político do ex-reitor Ulysses, cabendo ao conjunto dos lutadores não legitimar esse processo.

PCO - Partido da Causa Operária ou sindicalismo estudantil?

Postura lamentável para uma corrente que se declara como trotskista tem sido a do PCO, grupo totalmente mal visto pela vanguarda, que tem reduzido toda sua intervenção em exigir que a universidade seja gerida por uma maioria estudantil. Não passa pela cabeça desses senhores que em uma Universidade como a UNIFESP isso significa deixar o controle da Universidade nas mãos de setores de direita, como a Atlética ou Medicina. Sua política de maioria estudantil é uma política de casca de ovo,

vazia e sindicalista, visa fazer populismo com um setor da vanguarda. Essa política é como um verniz de radicalidade, só demonstra o caráter pequeno burguês desse partido. Ao contrário, somente uma universidade voltada a atender os interesses da classe trabalhadora será capaz de romper com a alienação, a divisão social entre os que pensam e os que fazem. Na hora de escolher de que lado ficar, o PCO não tem dúvida, assume seu verdadeiro caráter pequeno burguês.

UFMS: Chame o ladrão!

As eleições para Reitor da UFMS, se deu nos moldes antidemocráticos de sempre e nos dão conta da mixórdia em que se transformou a eleição do novo Reitor. Um espetáculo anti-democrático, deprimente, onde não faltaram largo emprego de todo tipo de "tramóias". Apesar de um acampamento realizado pelos estudantes, a Reitoria se utilizando do seu peso conseguiu impor mais uma vez seu candidato.

Os números absurdos dos resultados e os lances pouco recomendáveis utilizados pela atual direção nos dão conta do atual quadro da UFMS, vejamos:

- ✓ só 30 % dos alunos foram votar, o que aumentou o peso dos votos dos professores para 90%, mas também indica, sem dúvida a pouca importância que eles dão à participação;
- ✓ os professores substitutos e voluntários, como sempre, não puderam votar e nem participar de nenhuma manifestação, se levarmos em conta que substitutos e voluntários representam quase 50% da massa dos docentes, pode-se concluir que a maioria alcançada pela candidata do Però não lhe fornece nenhuma legiti-

midade, nem entre os alunos e funcionários e nem mesmo entre os professores.

- ✓ Entre os professores efetivos, o comparecimento foi da ordem de 89%, o que aumenta a responsabilidade de todos eles, mas não nos dá muita esperança de mudança;
- ✓ A queda no comparecimento geral (em relação à eleição passada) foi de 20%.

Dias após o resultado da eleição ser divulgado, o TCU, depois de três anos, condenou o Prof. Ido Michels e outros Diretores de Fundações de Pesquisa ligadas à UFMS, a devolverem mais de 3 milhões de reais, por conta de "irregularidades encontradas em convênios e contratos entre as Fundações e o SEBRAE", vale lembrar que o atual reitor também é o presidente do SEBRAE.

Essa situação que a muito se perpetua na UFMS, só mudará com um forte movimento estudantil, organizado pela base de forma democrática em aliança com os funcionários, um movimento que imponha uma mudança radical, que necessariamente deverá passar pelo fim de todas as Fundações Privadas; por eleição de reitor de forma universal e pela total democratização dos espaços acadêmicos.

A política econômica do governo Fernando Lugo: os primeiros cem dias de mãos dadas com o Banco Mundial



Marcos Boltes, dirigente Agrupação pelo Socialismo

Marcos Boltes

Agrupação pelo Socialismo – SoB - Paraguai

Neste 15 de agosto assumiu o novo governo encabeçado por Fernando Lugo. A expectativa que gera em amplos setores do movimento social e dos trabalhadores ainda segue sendo muito forte, ainda que já se esteja generalizando as dúvidas, bem fundamentadas, sobre seu verdadeiro caráter, começando pela composição do Gabinete de Ministros, produto da coalizão entre PLRA, Tekojoja e P-MAS, integrado por algumas figuras com péssimas referências ante ao movimento camponês e dos trabalhadores.

Mais importante que a divisão do gabinete entre as forças que até o momento são a base de sustentação do

Governo, são as tendências e movimentos quanto aos planos econômicos e às políticas sociais a serem aplicadas durante os primeiros 100 dias de governo. Quem são os homens centrais da administração Lugo, e quais são as políticas econômicas e sociais que aplicarão nos dão uma idéia clara do rumo que adotará este governo, o governo da “mudança” na realidade é o governo do continuísmo no que diz respeito ao aprofundamento das medidas econômicas neoliberais, porém com a variante “progressista” de que as mesmas venham acompanhadas de medidas paliativas de corte assistencialistas.

O “Gabinete da Mudança” para não mudar nada

Começamos por quem conforma o flamante gabinete de Lugo. O primeiro a ser nomeado foi Dionísio Borda, ex-ministro da Fazenda do governo que acaba de sair Nicanor Duarte Frutos. O artífice da Lei de Reordenamento Administrativo e Adequação Fiscal, mais conhecida como a lei do “impostão”. Enquanto ocupou o cargo por 21 meses entre 2003 e 2005, foi o mais fiel partidário do FMI, com o qual conseguiu fechar um acordo em dezembro de 2003 por 73,5 milhões de dólares.

O *impostão* consistiu basicamente em generalizar o Imposto de Valor Agregado (IVA), e paralelamente reduzir de 30% a 10% o imposto sobre os lucros das empresas, aumentando ao mesmo tempo o controle fiscal. Como o IVA é basicamente um imposto sobre o consumo e os salários, finalmente o equilíbrio macroeconômico e o cumprimento dos ditames do FMI foram alcançados às custas da classe trabalhadora ocupada.

Ao mesmo tempo, as empresas, aproveitando essa reforma tributária, conseguiram impor formalmente o trabalho in-

formal e precarizado, sem necessidade de modificar ou reformar muito a legislação trabalhista. Virou moeda comum as empresas deixarem de ter empregados contratados para terem prestadores de serviço autônomos. Com isso as empresas deixam de pagar impostos, que passam a ser pagos por esses prestadores de serviço.

O pior ainda está por vir. Borda, quando deixou o ministério em 2005, deixou inconclusa sua tarefa. Ficou pendente a reforma das empresas públicas e do Banco Nacional de Fomento. Sua saída provavelmente se deu por sua “radicalidade” em privatizar tudo o que pudesse, o que implicava nesse momento um terrível dilema para o regime colorado, que utilizava as empresas públicas como centros de distribuição de benesses e seus funcionários constituíam um eleitorado cativo.

Agora quer terminar a tarefa inconclusa. O mesmo Borda, pouco antes de assumir as funções adiantou a vários meios de comunicação, ao final de uma reunião com Lugo, que o tema central nesse momento é

“buscar soluções” para as empresas do Estado.

Para cumprir a tarefa foi formado um conselho de ministros, agora referendado pelo próprio Lugo, o Conselho de Empresas Públicas, cujos integrantes são: Indústria e Comércio; Obras Públicas e Fazenda, cuja tarefa principal será “coordenar planos e programas de modernização do Estado”. Já nessa entrevista deixou claro que modernizar significava, basicamente, a incorporação de capital e gerenciamento privado, sob a forma de terceirização, concessão ou capitalização.

As atuais empresas públicas, juridicamente são Sociedades Anônimas, nas quais até agora o Estado é o maior acionista, o que implica que caso ocorra incorporação de capital e gerenciamento privado, com o nome que essa modalidade pode ter, o que estará acontecendo é uma privatização de fato. Outro ponto não menos importante, é que o citado conselho na verdade é formado por Martin Heisecke, ministro da Indústria e Comércio e grande empresário do ramo farmacêutico, e por Efra-

ín Alegre, ministro de Obras Públicas, ambos filiados ao PLRA e defensores religiosos do neoliberalismo. Segundo o próprio Alfredo Jaegli, senador liberal conhecido como porta-

voz dos setores mais oligarcas, a escolha de Borda por Lugo se dá porque: “*pode garantir que não haja ruptura brusca, já conhece como funciona o governo e pode ajudar a quem entra*”.



Ex bispo Lugo inicia seu mandato de mãos dadas com FMI

O neoliberalismo com rosto humano

As conclusões de Borda não são outra coisa que a aplicação nua e crua das receitas do Banco Mundial, elaboradas a partir do Consenso de Monterrey,¹ o qual veio a suplantir o Consenso de Washington. As mesmas receitas estão resumidas nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU*.

Coincidente com o trabalho de Borda, segundo o próprio Banco Mundial, as prioridades para os países como o Paraguai se dão em quatro áreas: melhorar o clima para o setor privado; fortalecer o setor público e melhorar a governabilidade; aumentar os investimentos em infra-estrutura e melhorar a eficácia da prestação dos serviços que incidem no desenvolvimento humano.

Estes *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* são o novo paradigma das políticas de cooperação para o desenvolvimento, impulsionado pelo Banco Mundial e o FMI, levados adiante com o respaldo das Nações Unidas. Seus objetivos são reduzir em 2015 em 50% o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar, que passam fome ou carecem de água potável; que todas as crianças possam completar o ensino primário; reduzir em 2/3 a mortalidade infantil e em 3/4 a mortalidade materna; deter epidemias como a AIDS e a malária; fazer a dívida externa sustentável em longo prazo; integrar os países em desenvolvimento à economia mundial através de um sistema comercial e aberto.²

Supõe-se que o meio de aplicar esta estratégia deva ser a reformulação nacional das Estratégias de Redução da Pobreza (PRSP), impulsionada pelo Banco Mundial e o FMI,

mobilizando para isso todos os recursos nacionais e assegurando o compromisso a longo prazo da ajuda internacional, com uma perspectiva não de três, se não de cinco e dez anos.³

É evidente que muitas das medidas concretas que propõem para a luta contra a pobreza são propostas positivas tomadas em si mesmas. Porém, este é apenas um lado da moeda. Estas medidas de luta contra a pobreza vêm de mãos dadas com medidas notoriamente neoliberais.

Por isso afirmamos que é um novo paradigma, já não se trata da aplicação ortodoxa das receitas neoliberais, mas sim de um neoliberalismo com certa dose de assistencialismo. Assistencialismo que tampouco está garantido.

Neste esquema aparecem dois elementos novos em relação ao Consenso de Washington e já apontados no novo Consenso de Monterrey. O primeiro deles é o papel do Estado e do gasto público para mobilizar, regular e garantir os investimentos necessários em infra-estrutura, capital humano e clima de negócios que assegurem o desenvolvimento pleno da acumulação primitiva de capital e sobretudo para a integração paulatina de nossos países atrasados ao mercado mundial.⁴

A ida ao Paraguai do conhecido economista Joseph E. Stiglitz, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que além de ser ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2002, foi um dos mais importantes assessores de Bill Clinton, sendo vice-presidente e economista chefe do Banco

Mundial, serve como um elemento a mais na hora de caracterizarmos o que será o governo Lugo.

É conhecido que este paradigma econômico, defendido por Lugo, é referência a setores da esquerda liberal do movimento altermundista, ou seja, do “capitalismo humanitário”. Pensar que no sistema capitalista e que na atual conjuntura de globalização hegemônica por Washington e demais países imperialistas, os países semicoloniais possam sair do atoleiro que se encontram com a aplicação das mesmas receitas econômicas responsáveis pela atual situação, adotando medidas paliativas e focalizadas para mitigar seus efeitos, não só é uma utopia reacionária, como também uma contra-ofensiva para des-

montar os processos de construção que estão levando adiante os movimentos sociais e os trabalhadores para sair da pobreza e do atraso a que estamos submetidos, em busca da verdadeira saída para nosso país, a América Latina e o resto dos países semicoloniais, uma saída socialista, operária, camponesa e popular.

Com o gabinete econômico encabeçado por Borda, é evidente que se prepara o continuísmo e o aprofundamento da aplicação das medidas econômicas neoliberais, porém com um matiz assistencialista em grande escala, a fim de combater os efeitos mais visíveis resultantes da aplicação dessas medidas, como é o caso da extrema pobreza.

Falamos de continuísmo, pois seguirá vigente a fórmula

de jogar sobre as costas já terrivelmente castigadas da classe trabalhadora os ajustes para se conseguir tais mudanças.

Difícilmente os setores agroexportadores sofrerão um aumento de impostos como vem sendo especulado. E se isso ocorrer será meramente testemunhal. Temos visto que Borda não tocou um pêlo desses setores em sua gestão anterior e é claramente conseqüente nesse aspecto com sua teoria de “criar um clima de negócios”. O próprio Lugo, em nenhum momento, incluindo a campanha eleitoral, falou em tocar no setor agroexportador; uma terrível contradição, uma vez que falava em fazer a reforma agrária em seu governo.

Despertar da letargia

No fim das contas alguém tem que “pagar o pato” para poder sustentar o programa assistencialista dirigido aos setores mais marginalizados e manter o idealizado “clima de negócios”, porque os fundos exógenos da cooperação internacional não bastam para que nos próximos cinco anos os efeitos mais visíveis das medidas neoliberais e de continuidade do modelo agroexportador se mitiguem de alguma forma. Novamente espremer os trabalhadores será o recurso econômico central do governo da “mudança”.

A esta altura, afirmar que o governo Lugo não é o projeto de um setor burguês – e que tem como norma adotar mudanças superficiais para não tocar nos privilégios dos mesmos oligarcas que iniciaram seu ascenso ainda no período do *stornismo* – que se propõe e se apresenta como alternativa de renovação efetiva para a defesa dos interesses gerais de toda a burguesia local frente ao anterior e esgotado regime de hegemonia do Partido Colorado, já não é ingenuidade senão má fé ou vulgar oportunismo.

De que tudo siga igual ou

pior, uma vez mais depende dos chamados setores sociais, a classe trabalhadora organizada e o movimento camponês. Lamentavelmente, apesar do fortalecimento de algumas iniciativas da classe trabalhadora, vemos como característica central a confusão e a concessão tática de um período de confiança em Lugo. Atitude que trás consigo o imobilismo absoluto e a perda de reflexos do movimento camponês e de trabalhadores que no futuro terá um custo altíssimo na hora de enfrentar os ataques que sem dúvida se avizinham.

¹ Cúpula extraordinária das Américas, México, 12 e 13 de Janeiro de 2004.

² “El largo camino para alcanzar los objetivos de desarrollo del milenio”.

In. <http://bancomundial.org/temas/omd/camino.htm>

³ G. Búster. O prometido milênio ou a globalização capitalista compassiva”. In. www.rebellion.org/noticia.php?id=19992

⁴ Idem



Importante avanço de Socialismo ou Barbárie Internacional: PST da Costa Rica agora faz parte de nossa corrente

Em Congresso recentemente realizado, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Costa Rica votou ingressar à *Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie*, da qual o *Grupo Práxis* é integrante.

Nas considerações das resoluções, os companheiros do PST assinalam que entre o PST e a *Corrente Socialismo ou Barbárie* existe “um acordo político e programático em torno dos principais fatos da luta de classe na atualidade, como as gigantescas mobilizações populares na América Latina, assim como, um acordo político sobre os governos burgueses de mediação que são subprodutos dessas mobilizações, como os de Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, entre outros”.

Segue ainda: “que essa coincidência política e programática dá conta de uma coincidência ainda maior, a saber, a férrea posição classista a respeito de uma proposta de projeto alternativo a esses governos burgueses ‘anormais’, assim como os ‘mais regulares’, tipo Kirchner e Lula, reivindicando na prática a independência política da classe trabalhadora, herança fundamental do marxismo revolucionário.”

Outro ponto importante destacado pelos companheiros do PST é: “que

diferente de outras correntes provenientes do trotskismo, como as agrupadas em torno da Revista América (que no Brasil está representada pelo MES), que apóia o governo burguês de Chávez, e também diferente da LIT-PSTU, que tem ficado ao lado dos opositores da ultradireita burguesa na Venezuela, temos coincidido com Socialismo ou Barbárie em manter a independência política da classe operária como elemento essencial e indiscutível da plataforma de construção de uma alternativa socialista e operária, particularmente na América Latina.”

Terminam afirmando que “na discussão entre as organizações, os companheiros [do SoB] têm promovido um clima de confiança fraternal, não utilizando métodos fracionais e desonestos, tão comuns às rupturas da velha LIT e que desafortunadamente continuam imperando em muitas organizações que resultam dessas rupturas”.

O *Práxis* saúda calorosamente os companheiros do PST-Costa Rica pelo importante passo que acabam de dar e mais uma vez damos fraternais boas-vindas, na certeza de que poderemos desenvolver uma atividade vigorosa nessa importante região que é a América Central.

De Honduras

Adesão ao Chamado sobre a situação Latino Americana

De Honduras, os companheiros de PST, nos fizeram chegar sua adesão ao CHAMADO SOBRE A SITUAÇÃO LATINO AMERICANA, que publicamos em maio passado.

Nesse texto, que resume nossos pontos de vistas sobre a situação do continente e nossas posições políticas e programáticas, havia sido emitido com as assinaturas de nossa

Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie e pelos companheiros do PST da Costa Rica, que acaba de ingressar em nossa corrente.

Agora os companheiros de Honduras, também sub-escrevem esse chamado, como parte do processo de entrada em nossa corrente, passo esse que os companheiros deverão oficializar em seu próximo congresso.

Práxis

CONTATOS:

grupo.praxis@yahoo.com.br

www.grupopraxis.org

www.socialismo-o-barbarie.org

SP (11)
9465-4879
8981-4878